

AASPT

ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM



RELATÓRIO E CONTAS 2020





ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM



Mensagem do Presidente da Direcção

Senhores Associados,

O ano de 2020, quarto e último do mandato da anterior Direcção, caracterizou-se por uma gestão muito difícil em virtude da situação pandémica que atingiu e grassou pelo País e que teve uma repercussão especialmente gravosa ao nível das IPSS e em concreto da nossa Associação.

Esta situação que é do domínio publico e que fez incorrer a AASPT para além das despesas decorrentes da sua gestão normal, em despesas extraordinárias cujas no inicio do ano aquando da elaboração do orçamento e do plano de actividades eram absolutamente imprevisíveis.

As despesas acrescidas com a pandemia bem como a aplicação obrigatória das normas referentes ao salário mínimo nacional por um lado e a necessidade da realização de algumas obras de manutenção necessárias e obrigatórias que o decurso do tempo e o desgaste normal de alguns dos equipamentos adstritos à actividade no Centro de Santo António por outro impunham, conduziram ao resultado negativo apurado no Relatório.

A Direcção procurou por todos os meios minimizar a situação despesista assim apurada, todavia não conseguiu superá-la nem invertê-la.

A AASPT, sendo uma Associação privada não tem nem teve qualquer apoio governamental ou de outras entidades públicas ou privadas e as parecerias negociadas e acordadas com entidades terceiras (SAMS, Polícia e Fidelidade) não surtiram até ao presente qualquer efeito positivo nos resultados.

Durante o ano findo de 2020 continuou a verificar-se uma quebra da facturação por parte da Multicare e da Medis e até se agravou reflectida na menor ocupação da capacidade da UI e da Unidade de Medicina de Fisioterapia e de Recuperação.





ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM



A facturação da valência Lar no ano em causa teve também ela uma diminuição que não permitiu compensar a ocorrida naquelas outras valências, ao contrário do exercício anterior.

Para agravar ainda mais esta já complicada situação deficitária a Altice, no final do ano de 2020, decidiu reduzir o donativo de pouco mais de € 50.000,00 que do anterior vinha concedendo para € 19.000,00 (menos de metade).

Não obstante estas circunstâncias, a Direcção não pôde deixar de continuar a dar cumprimento ao programa de investimentos planeado para o exercício focado na ampliação das instalações do Centro de S. António em Chelas estando convicta de que será por esta via e forma que o futuro da AASPT poderá melhorar significativamente.

A candidatura foi apresentada à Segurança Social ao abrigo do programa Pares 3 tendo a mesma sido aceite para aprovação. Na sequência a Direcção deu entrada na CML do esboço do Projecto de Arquitectura visando a definição dos espaços e os equipamentos a instalar no local.

As condições foram difíceis mas a Direcção quer agradecer a todos os colaboradores o empenho demonstrado ao longo do exercício e que se revelou inexcedível pois conseguimos evitar qualquer surto infeccioso dos nossos utentes.

Quer também agradecer aos fornecedores pela prontidão na satisfação das encomendas solicitadas.

Não obstante a significativa e inesperada redução a Direcção agradece ainda à Altice os € 19.000,00 que lhe concedeu a título de donativo, na esperança de que em anos futuros reveja o critério apelando à responsabilidade social perante aqueles que trabalharam nas empresas que a antecederam e que são a razão da sua existência.

A Direcção reitera aos senhores Associados a sua firme vontade de continuar a lutar por uma Associação viva, activa e saudável, pela qualidade dos serviços prestados aos seus utentes, qualidade essa, deixem-me afirmá-lo, bem visível nas medidas e nos cuidados sanitários verificados pela não ocorrência de qualquer surto pandémico.

É igualmente propósito assumido logo que as condições sociais e de Saúde Pública o permitam, voltar a produzir e a realizar eventos que proporcionem encontros sadios, alegria





ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM

para viver e bem estar a todos os utentes nesta etapa das suas vidas com a presença sempre que possível dos seus familiares.

É esta a mensagem que a Direcção quer deixar a todos os seus Associados

O Presidente



5

ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr.	Manuel Marques Barreiro	3478
1º Secretário	Dr.	Carlos Manuel Fernandes Martins	10813
2º Secretário	Dr.ª	Gina Maria Caetano Sacramento	10499

<u>DIRECÇÃO</u>

Presidente	Dr.	Manuel Joaquim Rodrigues	2954
Vice-Presidente	Eng.º	Joaquim Nunes da Fonseca	Honorário
Vogal	Sr.	Carlos Alberto Glória	122
Vogal	Dr.ª	Agripina Pires Marques Coelho	10041
Vogal	Eng.º	António de Matos Filipe Catarino	5029
Suplente	Dr.ª	Zélia Albino Loures Piçarra M. Silva	7211
Suplente	Dr.ª	Teresa Maria Soares Pedroso Cruz	5959
Suplente	Dr.	José António Malhado	10998

CONSELHO FISCAL

Dr.	José Adelino Martins Vaz	4010
Eng.º	Carlos José Rodrigues Sousa	1316
	Carinhas	
Dr.	João Alfredo Boavida Arriscado	1164
D.	Miquelina do Rosário	511
Sr.	António José Gil Morgadinho	3640
Sr.	Joaquim Lopes Nunes Escudeiro	734
	Eng.º Dr. D. Sr.	Eng.º Carlos José Rodrigues Sousa Carinhas Dr. João Alfredo Boavida Arriscado D. Miquelina do Rosário Sr. António José Gil Morgadinho

ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM



RELATÓRIO E CONTAS

DE

2020



RESUMO DA ACTIVIDADE

i – O ano de 2020 foi negativamente marcado pela situação de pandemia que se verificou ao longo do tempo e continuou mesmo pelo ano 2021. Esta situação teve como principais efeitos negativos um ACRÉSCIMO DE CUSTOS relacionados com medidas para reforço da segurança profilática face ao elevado risco de contágio do vírus COVID (materiais e equipamentos de protecção e segurança e cativação de espaços para isolamentos) e uma REDUÇÃO DE PROVEITOS consequência da menor procura para a UI (menos intervenções cirúrgicas nos hospitais com necessidades de recuperação), para o LAR (situação preocupante vivida em muitos lares com elevado índice de mortalidade) e para a MFR (encerrados preventivamente os serviços por largo período e, quando em funcionamento, com funcionamento reduzido devido às medidas de contingência).

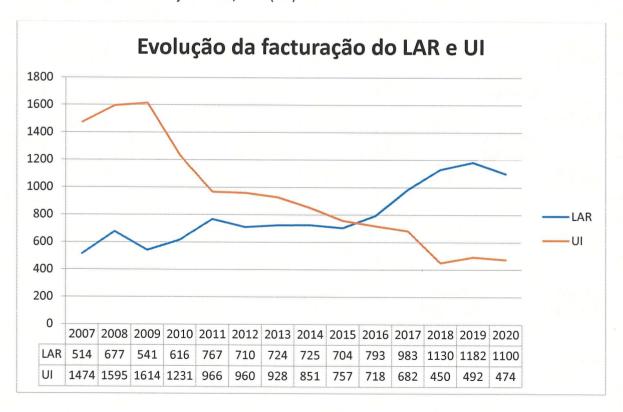
ii – Os PROVEITOS das VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS resultantes da actividade sofreram uma redução de 122,5 m€ em relação ao ano de 2019 (6%). Foram mesmo inferiores a 2018.

iii – Também na rubrica OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS se verificou um redução. Cerca de 32,6 m€, equivalentes a 12%.

iv – No LAR foi interrompida a tendência de crescimento verificada desde 2017. Em relação a 2019 houve uma redução de 82,4 m€ (7%).

A procura, além de inferior ao ano anterior, também se verificou ser resultante de utentes em condições de saúde e autonomia inferiores ao habitual.

v – Na UI verificou-se uma redução de 18,0 m€ (4%).



vi – A MFR, afectada pela redução da UI e pelo encerramento temporário, também viu os proveitos baixarem fortemente, cerca de 22% (15,0 m€).

vii – O valor das quotizações recebidas continuou a baixar. A diminuição em relação ao ano anterior foi de 7,1 m€ (5%).

În D

viii – No que aos CUSTOS diz respeito, a parte que pode ser influenciada por uma gestão adequada e equilibrada, os FSE+CUSTO DAS MERCAD VEND, teve uma redução de 98,9 m€ (8%).

ix – O agravamento nos CUSTOS COM PESSOAL, imposto pela alteração do SMN que se tem verificado desde 2018, é um dos factores que mais tem pesado no desequilíbrio das contas. Também em 2020 o impacto nestes custos derivado do referido aumento do SMN foi de 81,2 m€ (9%). Em 2020 os custos com pessoal ultrapassaram um milhão de euros (1 024,7 m€).

27

Ao considerarmos o CUSTO DOS HONORÁRIOS pagos aos prestadores de serviços (330,2 m€), o valor global do custo dos RECURSOS HUMANOS atinge 1 354,9 m€. Este valor corresponde a cerca de 76 % do valor das VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Isto é, cerca de ¾ dos proveitos são para o encargo com recursos humanos.

x — Foi entregue na Segurança Social uma candidatura ao financiamento da ampliação do LAR tendo em vista o aumento da sua capacidade de 70 para 140 utentes. Aguarda-se decisão.

xi — Durante o ano de 2020 foram feitos ajustamentos nos efectivos tendo passado de 89 em 31/12/2019 para 82 em 31/12/2020.

EFETIVOS A 31/12/2020

Director Clínico	1
Director Técnico LAR	1
Médicos Internistas	3
Médico Fisiatra	1
Enfermeiros	15
Terapeuta da Fala	1
Terapeutas Ocupacionais	2
Técnicas de Fisioterapia	3
Fisioterapeutas	2
Ajudantes de Acção Direta	27
Auxiliares de Acção Médica	7
Auxiliares de Serviços Gerais	13
Administrativos	5
Manutenção	1
total	82

xii – Em 2020 a Altice reduziu drasticamente o subsídio anual. Passou de 52 000 € para 19 000 €. Manteve o subsídio às telecomunicações de 2.600€.

Em nome da AASPT e dos seus associados deixamos expresso o nosso agradecimento.

xiii – A AASPT continuou a manter um bom relacionamento com os seus fornecedores que tem facilitado as negociações de preços e prazos de modo a garantir as melhores condições para ambas as partes

xiv – Destacamos o empenho e níveis de qualidade dos serviços dos nossos colaboradores que contribuíram fortemente para termos atravessado este período difícil da pandemia sem sobressaltos. Particularmente o cumprimentos das difíceis regras impostas quer internamente quer pelo exterior (DGS).

xv — Dadas as condições vividas durante o ano e enunciadas acima, os RESULTADOS foram fortemente afectados negativamente. Estima-se que os CUSTOS directamente atribuíveis aos efeitos da COVID tenham sido da ordem de 56 000 €. O efeito na redução da facturação poderá ser estimado em cerca de 122 000 €.

O valor contabilizado para os RESULTADOS foi de – 275 430,07 €. Poder-se-á concluir que estes RESULTADOS teriam sido bem diferentes, da ordem de 2019, caso não houvesse os efeitos desastrosos da pandemia. Os RESULTADOS ANTES DE AMORTIZAÇÕES poderiam ter sido da ordem dos 68 000 € positivos em vez dos contabilizados – 109 628,43€.



INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS

O valor dos INVESTIMENTOS em 2020 foi substancialmente inferior ao dos anos anteriores. Atingiu o valor de 32,9m€.

Esta situação ficou a dever-se aos investimentos já realizados que vieram melhorar substancialmente as condições de habitabilidade e de trabalho bem como a redução de custos importantes (electricidade e gás) assim como também à situação de pandemia que se viveu.



AS Vius

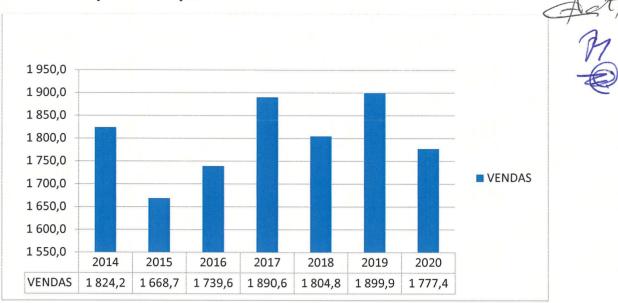


RELATÓRIO DA GESTÃO

•				

1 - PROVEITOS DA ACTIVIDADE

1.1 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



Este valor engloba as receitas do BAR que, em 2020, sofreram uma redução para cerca de metade devido ao encerramento obrigado pelas medidas de contingência. Em 2019 foram de 30,4 m€ e em 2020 apenas de 13,7 m€ (-55%).

O LAR e a UI são os principais contribuintes dos proveitos.

	2020 (m€)	2019 (m€)	Diferença
LAR	1 099,90	1 182,40	-82,50
UI	473,50	491,50	-18,00
MFR	54,00	69,00	-15,00
BAR	13,70	30,40	-16,70
QUOTIZAÇÕES	149,90	157,00	-7,10

Globalmente verificou-se uma redução de 130,4 m€ (7%) em relação a 2019.

1.2 – EVOLUÇÃO DA FACTURAÇÃO POR VALÊNCIA

1.2.1 - LAR

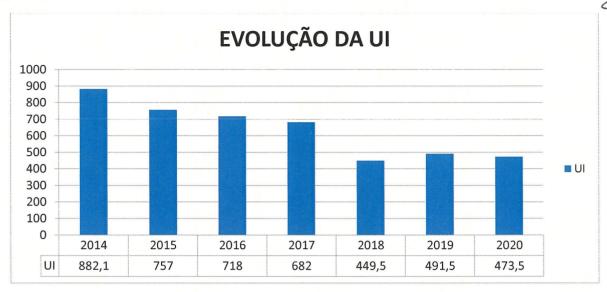


tous A8

Nr. G

No LAR verificou-se um decréscimo da ocupação passando de 95% em 2019 para 90% em 2020. Esta redução equivale a 82,4 m€.

1.2.2 - UI

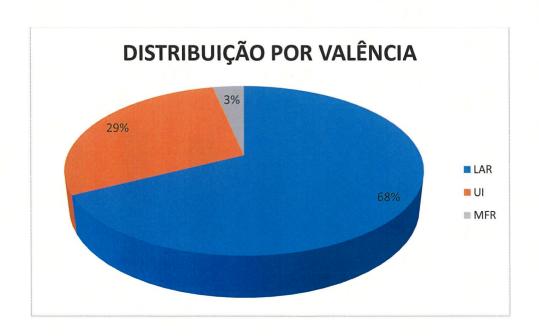


A ocupação da UI baixou de 56% para 48% equivalente a -18m€. A UI foi criada para dar resposta aos dois grandes clientes que são a Médis e a Multicare. Em 2020 os doentes oriundos destas duas seguradoras apenas contribuíram com uma ocupação de 36%, inferior à capacidade disponível no 2º piso (14 camas equivalente a 5.110 dias).

Em 2019 a contribuição dos PARTICULARES sócios atingiu um valor razoável de 1.290 dias (12,6%). No entanto devido ao COVID este valor passou para 8%.

	2019 (%)	2020 (%)
MEDIS	21,33%	20,53%
MULTICARE	15,27%	15,72%
PARTICULARES sócios	12,62%	8,40%
PARTICULARES	6,72%	2,84%

1.2.3 – DISTRIBUIÇÃO DA FACTURAÇÃO POR VALÊNCIAS



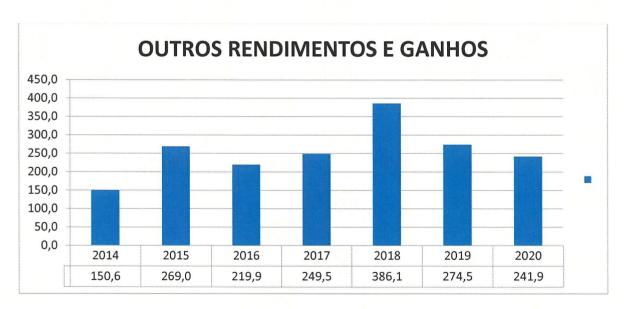
A distribuição por valência manteve-se aproximadamente igual ao ano de 2019. A MFR continua com um valor residual. A receita deste serviço (54 m€ mais tratamentos para Medis e Multicare) apenas cobre cerca de metade dos encargos com o pessoal (112,7m€).

1.3 - QUOTIZAÇÕES



Verificou-se como tem sido habitual uma nova redução equivalente a 7,1m€. A 31 de Dezembro os sócios activos eram 4.621.

1.4 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS



Verificou-se um decréscimo de 33,5m€ relativamente a 2019. Este desvio deveu-se principalmente a reduções em CURSOS (5,6m€), RENDAS DA DUQUE DE LOULÉ (33m€), REDUÇÃO NA CONSIGNAÇÃO DE IRS (3m€) embora se verificasse compensações nos DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO (6,7m€) e IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS (6,1m€).

2 - CUSTOS DA ATIVIDADE

2.1 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Verificou-se um acréscimo em relação a 2019 de 4,1m€ motivado especialmente pelo aumento dos stocks dos materiais de protecção e segurança.

2.2 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

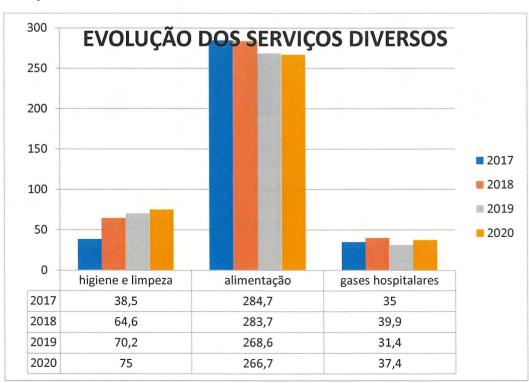
Nos FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS, área onde a gestão pode exercer influência, verificou-se uma redução de 103 m€.

2.2.1 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS



Em relação a 2019 verificou-se uma diminuição de 23%. De salientar que de 2018 para 2019 ainda tinha havido um acréscimo de 4,8%. Nestes custos a rúbrica HONORÁRIOS corresponde a cerca de 80% do total de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS e destes 66% dizem respeito a honorários de médicos e enfermeiros. Esta percentagem foi de 54% em 2019.

2.2.2 - SERVIÇOS DIVERSOS



La Janz

O valor destes serviços foi de 465,4m€, verificou-se um acréscimo de 54,5m€ em relação a 2019 justificados praticamente pelas aquisições necessárias à protecção e segurança exigidas pela COVID.

As principais componentes destes custos são HIGIENE E LIMPEZA (75m€), ALIMENTAÇÃO (266,7m€) e GASES HOSPITALARES (37,4m€) equivalentes a cerca de 90% do total.

2.3 - CUSTOS COM OS RECURSOS HUMANOS

2.3.1 - HONORÁRIOS

O valor dos HONORÁRIOS em 2020 foi de 330,2m€ com as principais contas distribuídas por:

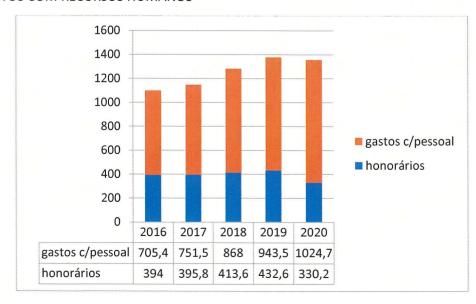
	2020		2019	
Médicos	97	m€	104,2	m€
Enfermeiros	166,5	m€	223,1	m€
Apoio à gestão	20,4	m€	76	m€
Outros	25,9	m€	29,3	m€

2.3.2 - GASTOS COM O PESSOAL



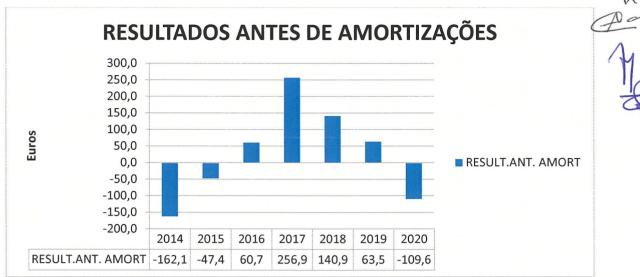
A evolução de subida tem sido causada pelos ajustamentos impostos pela regulamentação do trabalho (salário mínimo e ajustamento de funções).

2.3.3 - CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS



3 - EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 - RESULTADOS ANTES DE AMORTIZAÇÕES

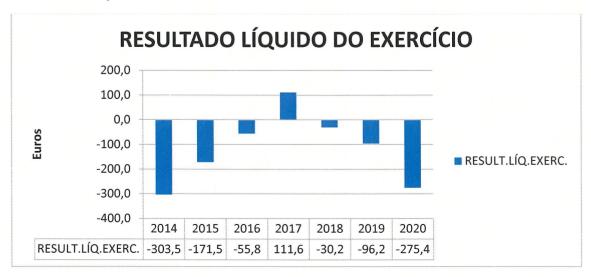


Estes RESULTADOS acumulados no triénio 2014-16 foram negativos de -148,8m€. No quadriénio (nova Direção) 2017-2020 passaram a positivos de 351,7m€.

3.2 - AMORTIZAÇÕES



3.3 - RESULTADOS LÍQUIDOS



X Taus

Kle E

Os resultados acumulados do quadriénio 2017-2020 no valor de -290,2m€ compara-se com -530,8m€ do triénio 2014-2016.

4 - APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o RESULTADO LÍQUIDO DE -275.430,07€ seja transferido para RESULTADOS TRANSITADOS.

pr



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Período findo em 31.12.20 e 31.12.19

Valores expressos em Euros

		Valores expre	Secon on Earce
Rendimentos e Gastos	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método dir Indireto			
Recebimentos de clientes e utentes		1 741 799,48	1 850 632,08
Recebimentos/Pagamento de subsídios		3 933,56	
Pagamento de apoios		0,00	
Pagamentos a fornecedores		-1 120 950,86	
Pagamentos ao pessoal		-1 005 712,35	
Caixa geradas pelas operaçõe	5	-380 930,17	-288 328,26
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos		212 286,21	196 184,20
Fluxos das atividades operacionais (1		-168 643,96	-92 144,06
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-46 613,95	-214 925,31
Ativos Intangíveis		0,00	
Investimentos financeiros	1	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	
Investimentos financeiros		0,00	
Outros Ativos	1	0,00	
Subsídios ao investimento		0,00	
Juros e rendimentos similares		1 332,37	1 412,00
Dividendos		0,00	Annual Control of the
Fluxos das atividades de investimento (2		-45 281,58	-212 628,80
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	
Realizações de fundos		0,00	
Cobertura de prejuízos		0,00	
Doações		0,00	
1-10 MA TO THE TOTAL THE TOTAL TO THE TOTAL THE TOTAL TO			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares		0,00 0,00	0,00 0,00
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Dividendos		0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Dividendos Reduções de fundos		0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Dividendos		0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Dividendos Reduções de fundos Outras operações de financiamento Fluxos de atividades de financiamento (3		0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Dividendos Reduções de fundos Outras operações de financiamento		0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Dividendos Reduções de fundos Outras operações de financiamento Fluxos de atividades de financiamento (3 Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 -213 925,54	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 -304 772,86
Pagamentos respeitantes a: Financiamentos obtidos Juros e gastos similares Dividendos Reduções de fundos Outras operações de financiamento Fluxos de atividades de financiamento (3	4	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 -304 772,86 0,00

Direção

Contabilista Certificado

Tens/sussauskdissAi

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

BALANÇO em 31 / 12 / 2020

Valores expressos em Euros

Rubricas	Notas	31/12/20	31/12/19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 7	3 486 466,90	3 620 881,60
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3.2.4 e 6	0,00	0,00
Investimentos financeiros		3 489,64	2 875,56
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		3 489 956,54	3 623 757,16
Ativo corrente			
Inventários	3.2.4	21 007,24	11 481,58
Clientes	3.2.5 e 8	123 575,79	180 512,10
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	3.2.9 e 12	4 667,30	22 719,66
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	9	90 307,96	110 817,34
Diferimentos		6 037,35	5 513,06
Outros ativos financeiros	4	20 600,00	20 816,00
Caixa e depósitos bancários	3.2.7 e 4	363 347,49	577 057,03
Subtotal		629 543,13	928 916,77
Total do ativo		4 119 499,67	4 552 673,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.10 e 10	25 176,86	25 176,86
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	10	617 106,94	728 914,36
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	3 455 079,96	3 620 881,60
Subtotal		4 097 363,76	4 374 972,82
Resultado líquido do exercicio	10	-275 430,07	-96 219,83
Total do fundo de capital		3 821 933,69	4 278 752,99
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões especificas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.8 e 11	127 502,82	100 560,45
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes publicos	3.2.9 e 12	28 168,27	29 269,73
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	13	141 894,89	144 090,76
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		297 565,98	273 920,94
Total do Passivo		297 565,98	273 920,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	l	4 119 499,67	4 552 673,93

Contabilista Certificado

Direção Direção

Associação de Apoio Social da Portugal Telecom

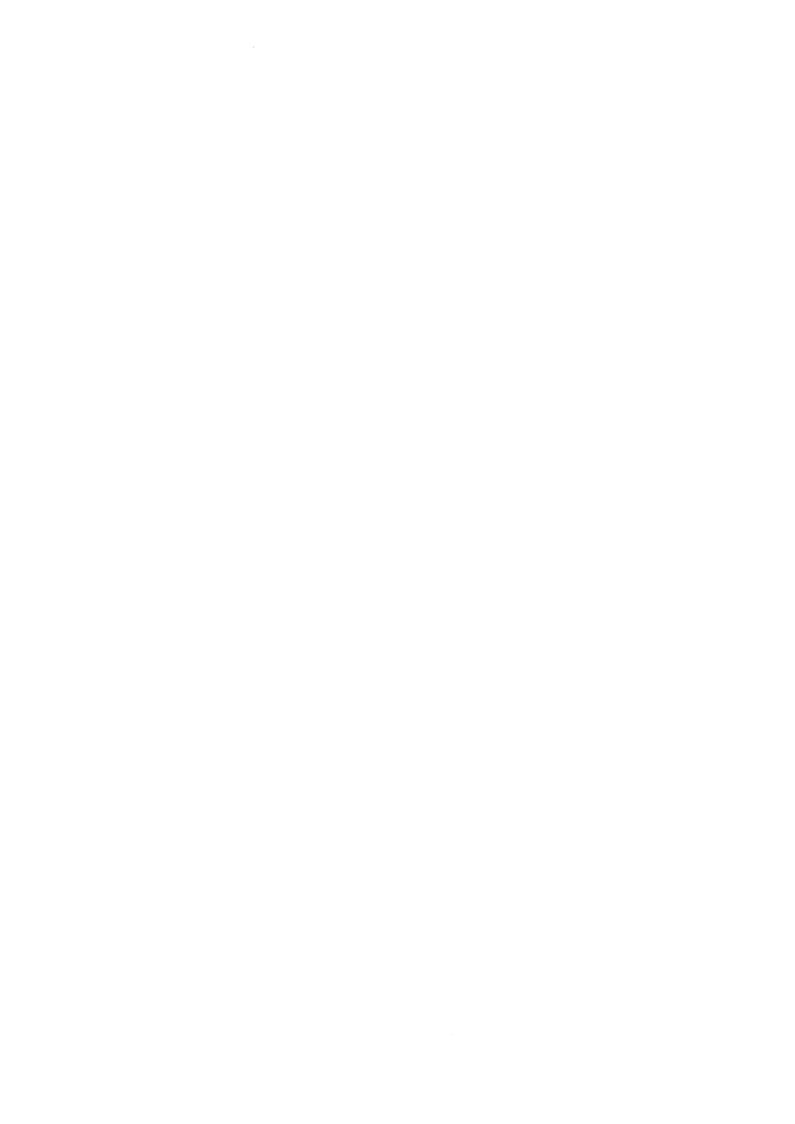
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - Período findo em 31.12.20

Rendimentos e Gastos	Notas	31.12.20	31.12.19
Vendas e serviços prestados	3.2.11 e 14	1 791 080,41	1 930 284,37
Subsídios, doações e legados à exploração	3.2.12 e 15	36 662,76	55 744,50
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	-141 371,21	-137 228,97
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 012 603,20	-1 115 625,08
Gastos com o pessoal	3.2.13 e 18	-1 024 698,43	-943 535,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-23,02	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		-216,00	1 463,02
Outras imparidade (perdas/reversões)		1 440,00	0,00
Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	19	243 259,36	276 786,26
Outros gastos e perdas		-3 159,10	-4 405,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financ.e impostos		-109 628,43	63 482,65
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.2.1	-165 801,64	-159 702,48
Resultado operacional antes de gastos de financ. Impostos		-275 430,07	-96 219,83
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-275 430,07	-96 219,83
Impostos sobre o rendimento do periodo		0,00	0,00
Resultado líquido do periodo		-275 430,07	-96 219,83

Contabilista Certificado

Direção

Tensoland Stare Peduso Alus Agrilia Rino Comper Com



Associação de Apoios Social da Portugal Telecom

Anexo às demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020

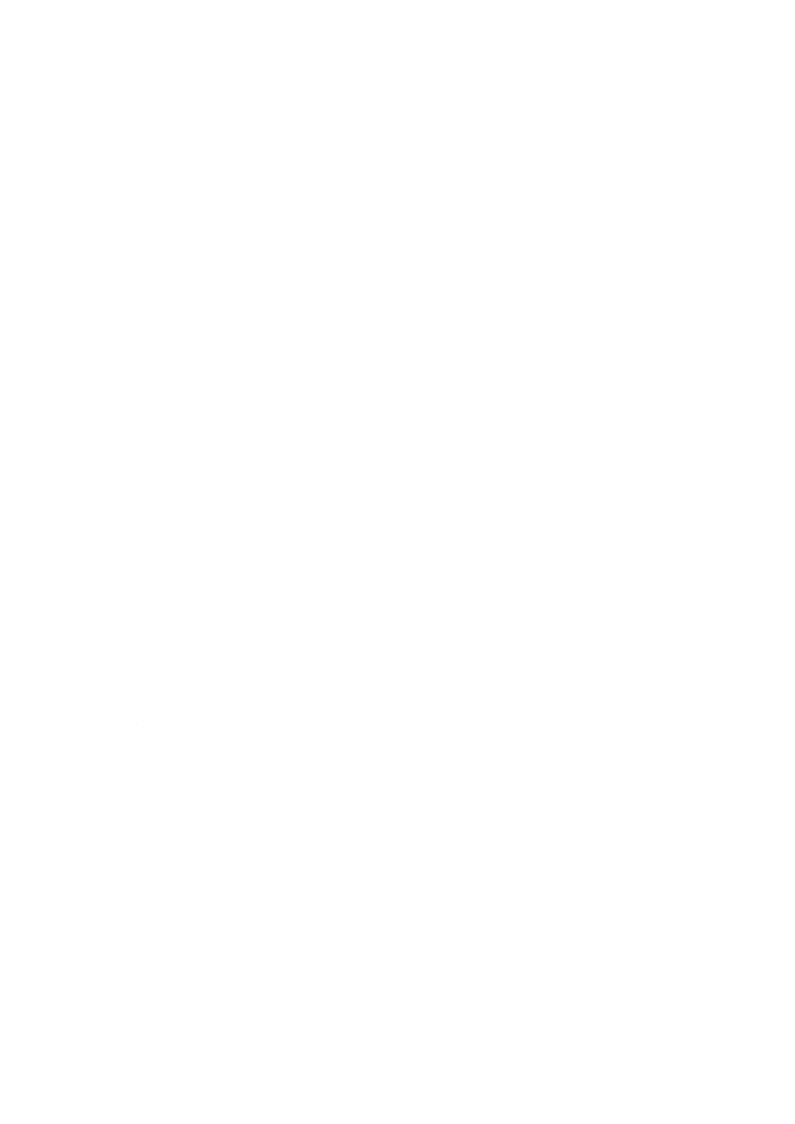


1. Identificação da entidade

A **Associação de Apoio Social da Portugal Telecom** (referida neste documento como AASPT ou Associação) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com sede na Rua Engenheiro Ferreira Dias, S/N – Lisboa. A sua atividade tem como principais objetivos a defesa e proteção dos interesses sócio - económicos dos seus associados, complementares aos esquemas oficiais de proteção social, junto das entidades oficiais. Os órgãos sociais definidos pelos Estatutos, são a Assembleia Geral, Direção e o Conselho Fiscal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as disposições que integram o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo, reguladas pelos seguintes diplomas:
 - Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março (Sistema de Normalização Contabilística para entidades do sector não lucrativo),
 - Portaria nº 105/2011, de 10 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras);
 - Portaria nº 106/2011, de 10 de março (Código de Contas);
 - Aviso nº 6726-B/2011, de 10 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo).
- 2.2. As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da AASPT, para um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria nº 105/2011, de 10 de março, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos valores em Euros.



3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a s políticas contabilísticas a que seguidamente referiremos, as quais foram aplicadas de forma consistente, salvo indicação em contrário.

- **Continuidade** No pressuposto que continuará a desenvolver as suas atividades operativas, assumindo que não há intenção, nem necessidade de reduzir ou extinguir o nível das mesmas.
- Regime da periodização económica (acréscimo) A Associação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento", por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos";
- Materialidade e agregação As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras;
- Compensação Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos
 respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por
 qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento e vice-versa;
- Comparabilidade As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do exercício precedente. Quando ocorrem alterações significativas, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que estão na sua base, estas situações encontram-se devidamente explanadas e justificadas neste Anexo, proporcionando desta forma informação adequada para os leitores das demonstrações financeiras.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis ao processo de compra e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com as grandes reparações e beneficiações são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando ocorra aumento da vida útil ou a capacidade

Os custos P.O.

de gerar benefícios económicos futuros para a Associação e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenções e reparações de natureza corrente são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os principais ativos fixos tangíveis constam do quadro abaixo:

	Anos
Edifícios e outras construções	12 a 50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos tangíveis	5 a 12

Os bens de valor de aquisição inferior a 1.000 euros são depreciados integralmente no primeiro período de utilização. As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate dos ativos são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico do ativo, sendo reconhecidas nas demonstrações financeiras como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados, consoante se trate de um ganho ou perda, respetivamente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

São registados ao custo deduzido de amortizações e de eventuais perdas de imparidade. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada.

3.2.3. Investimentos financeiros

A classificação dos investimentos financeiros é efetuada na data do reconhecimento inicial, sendo mensurados ao custo deduzido de qualquer perda de imparidade.

3.2.4. Inventários

São reconhecidos ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas suportadas com a sua aquisição. Posteriormente são valorizados ao menor do custo de aquisição ou o valor realizável líquido. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

À data de relato financeiro, são ajustados por imparidades sempre que os materiais ou produtos ultrapassem o prazo de validade ou deixem ser aplicáveis na atividade operacional.

3.2.5. Clientes, Utentes e outras dívidas a receber

As contas a receber classificadas como ativo corrente são reconhecidas pelo respetivo valor nominal (custo), deduzidas de eventuais perdas de realização estimadas (perdas por imparidade). Estas são constituídas de acordo com critérios de avaliação de riscos de cobrança, detetados no final de cada exercício e registadas por contrapartida de resultados, sendo



Jany 8

subsequentemente revertidas por resultados, caso se verifique em período posterior, uma redução ou reversão do montante da perda estimada.

3.2.6. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra escriturado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade desse ativo. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável, sendo este último o mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

3.2.7. Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica compreende os valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, como passivo corrente, ou seja, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.2.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Constituem obrigações a pagar pela aquisição de bens e serviços, sendo reconhecidos pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com o CIRC- Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (nº 1 do artigo 10º), estão isentas deste imposto as pessoas coletivas de utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos, ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente. Na citada legislação é ainda referido (nº 3 do artigo 10º do CIRC) que " A isenção prevista não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutário, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da lei em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominantemente, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeita a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º ano posterior àquele em que tenha sido obtido;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas".

Nestes termos, a AASPT encontra-se isenta de IRC, ao abrigo do artigo acima referido.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção que de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos contado a partir do termo que se verificou o ato tributário. Face ao exposto, as declarações fiscais relativas a revisão por parte da Autoridade Tributária.

A rubrica em referência constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos, sendo composta por:

- Fundo Social:
- Resultados transitados;
- Outras variações nos fundos patrimoniais.

3.2.11. Rédito

O rédito da AASPT compreende essencialmente transações com contraprestação, as quais são consubstanciadas em prestação de serviços, líquida de eventuais de descontos. Pela importância, destacam-se os serviços prestados no âmbito de ação social em Lar, prestação de cuidados de saúde em regime de Internamento e de Medicina física e reabilitação. O rédito de serviços de Lar e de prestação de serviços de saúde é reconhecido numa base mensal e em função dos períodos de permanência e dos servicos prestados.

Fazem ainda parte dos réditos provenientes de quotas recebidas dos associados. No final de cada ano, ao rédito reconhecido das quotizações cobradas, é ainda acrescido de uma estimativa dos valores em dívida que se espera cobrar no ano sequinte.

3.2.12. Subsídios, doações e legados

Estes tipos de benefícios, incluindo os não monetários, só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições que lhes estão associados e que irão ser recebidos.

Os subsídios, doações e legados associados a ativos são reconhecidos inicialmente na conta de "Outras variações nos fundos patrimoniais" pertencente à rubrica de "Fundos patrimoniais", sendo posteriormente reconhecidos como rendimentos na mesma base da depreciação dos ativos a que estão relacionados.

Os subsídios, doações e legados destinados à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados no mesmo período em que ocorrem os gastos com o desenvolvimento das atividades associadas aos fins estatutários.

3.2.13. Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes com os benefícios de curto prazo dos empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios de curto prazo englobam os ordenados, subsídios de alimentação, subsídio de férias e Natal e outras remunerações, bem como os respetivos encargos sociais associados às mesmas.



Hb 2

De acordo com a legislação laboral vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um período de 22 dias úteis de férias, assim como a um mês de subsídio de férias, sendo que este direito é adquirido no ano anterior ao seu pagamento. Neste sentido, estas responsabilidades são reconhecidas no ano em que se adquire o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, através da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos".

Howard As

3.2.14. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Associação adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente sobre os acontecimentos e transações à data da preparação das Demonstrações Financeiras, assim como da experiência de situações passadas ou correntes

Os principais juízos de valor e estimativas refletidas nas demonstrações financeiras incidem sobre as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e registo dos valores das quotizações a receber de associados.

3.2.15. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica de "Caixa e seus equivalentes", os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos, que possam ser imediatamente mobilizados ou com um vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Os valores inscritos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" desagregam-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019	Variação
Caixa	1 208,56	1 940,01	-731,45
Depósitos à ordem	5 913,30	161 394,57	-155 481,27
Depósitos a prazo	356 225,63	413 722,45	-57 496,82
Outros instrumentos financeiros	20 600,00	20 816,00	-216,00
Total dos Meios Financeiros Líquidos	383 947,49	597 873,03	-213 925,54

Os juros obtidos referentes aos meios financeiros líquidos, nomeadamente os derivados dos depósitos a prazo, totalizaram em 2020, a quantia de 1.332,37 euros (2019: 1.412,00 euros), tendo sido registados nos resultados, ou seja, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos".

Haug Ab Tang Ab

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente, não tendo sido alteradas quaisquer políticas ou estimativas contabilísticas definidas no número 3 do presente Anexo.

6. Ativos Intangíveis

Esta rubrica respeita ao software adquirido para suporte das atividades operacionais e administrativas da Associação, com a seguinte análise:

Descrição	31.12.20	31.12.19
Quantia inicial: com vida útil finita	31 871,07	31 871,07
Amortizações acumuladas iniciais	31 871,07	31 871,07
Quantia escriturada liquida inicial	0,00	0,00
Adições	0,00	0,00
Diminuições	0,00	0,00
Amortizações	0,00	0,00
Quantia escriturada liquida final	0,00	0,00

7. Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício de 2020, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

			Equipamento				AFT	
	Terrenos	Edificios	Básico	Transporte	Administ.	Outros	Curso	Total
Quantia escriturada bruta inicial	58 018,17	4 769 169,78	263 435,22	93 097,42	334 908,29	440 877,21	6 150,00	5 965 656,09
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	1 322 398,88	195 735,33	93 097,42	334 908,29	398 634,57	0,00	2 344 774,49
Quantia escriturada liquida inicial	58 018,17	3 446 770,90	67 699,89	0,00	0,00	42 242,64	6 150,00	3 620 881,60
Adições	0,00	0,00	6 068,32	0,00	424,35	12 617,60	12 276,67	31 386,94
Diminuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações	0,00	121 500,29	18 447,05	0,00	424,35	25 429,95	0,00	165 801,64
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia escriturada liquida final	58 018,17	3 325 270,61	55 321,16	0,00	0,00	29 430,29	18 426,67	3 486 466,90



1 3

Em 2020, o volume dos investimentos ascendeu a cerca de 31 mil euros (em 2019: 148 mil euros). O aumento verificado no exercício concentrou-se nas rubricas de Equipamento básico (6 mil euros), Outros Ativos Fixos Tangíveis (cerca de 13 mil euros) e no Investimento em curso (12 mil euros). Nesta última rubrica, destacam-se os custos associados à elaboração de projetos de ampliação do LAR.

8. Clientes

No exercício findo em 31.12.20 e 31.12.19, a rubrica de clientes decompunha-se do seguinte modo:

Descrição	2020	2019	Variação
Clientes Gerais (i)	65 506,35	101 548,50	-36 042,15
Utentes Lar (ii)	66 346,45	80 763,82	-14 417,37
Utentes Unidade Acamados (iii)	38 209,07	46 102,84	-7 893,77
Sub-total	170 061,87	228 415,16	-58 353,29
Perdas por imparidades acumuladas (iv)	-46 486,08	-47 903,06	1 416,98
Total	123 575,79	180 512,10	-56 936,31

- (i) Clientes gerais: No saldo desta rubrica assume particular relevância as entidades ligadas a subsistemas de saúde;
- (ii) Utentes Lar: Saldos representados por dívidas de utentes da Unidade Lar;
- (iii) Utentes Unidade Acamados: Saldos representados por valores a cobrar de utentes da Unidade;
- (ii) Clientes de cobrança duvidosa: Representado por serviços prestados e faturados a utentes do Lar e da Unidade de Acamados, cujos saldos se encontram vencidos com antiguidade significativa.

9. Outras Contas a Receber

Esta rubrica em 31.12.20 e 31.12.19, apresentava a seguinte composição:

Designação	2020	2019	Variação
Quotas (i)	4 001,80	14 010,55	-10 008,75
IRS consignação 0,5% (ii)	41 161,14	28 989,92	12 171,22
Clientes gerais (iii)	15 315,86	55 566,35	-40 250,49
Utentes unidade Lar	0,00	3 766,93	-3 766,93
Fornecedores- Rappel (iv)	0,00	5 483,59	-5 483,59
Segurança Social (v)	9 967,60	0,00	9 967,60
Donativos (vi)	19 861,56	3 000,00	16 861,56
Total	90 307,96	110 817,34	-20 509,38

- (i) Quotas: Estimativa do valor a receber dos associados que se encontrava por cobrar no final do exercício;
- (ii) IRS Consignação 0,5%: Estimativa dos valores de Consignação de IRS a receber, relativos aos anos 2019 e 2020 a receber em 2021 e 2022:
- (iii) Clientes gerais: Estimativa do valor dos serviços prestados em 2020 nas unidades de internamento e fisioterapia a faturar no ano seguinte;



1

- (iv) Fornecedores Rappel: Descontos de quantidade de compras concedidos pelos fornecedores em 2020 foram processados por estas entidades no próprio exercício, pelo que não se procedeu a estimativa deste benefício;
- (v) Segurança Social: Estimativa do valor do apoio financeiro a receber no âmbito do Programa Adaptar Social +, para a compra de material de proteção ao COVID 19;
- (vi) Donativos: Valores obtidos da ALTICE em 2021, relativos a 2020.

10. Fundos Patrimoniais

A evolução desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 comparativamente a igual período do ano anterior, traduz-se no quadro que se segue:

Descrição	2020	2019	Variação
Fundo social	25 176,86	25 176,86	0,00
Resultados transitados (i)	585 720,00	728 914,36	-143 194,36
Resultado líquido do exercício (ii)	-275 430,07	-96 219,83	-179 210,24
Outras variações nos Fundos Patrimonais (iii)	3 486 466,90	3 620 881,60	-134 414,70
Total	3 821 933,69	4 278 752,99	-456 819,30

- (i) "Resultados transitados": A variação verificada deveu-se essencialmente aos seguintes aspetos:
 - Aplicação do Resultado Líquido de 2019: (- 96.219,83 euros);
 - Transferência para a conta de "Outras variações patrimoniais", de molde a adequar o saldo desta última conta ao valor dos investimentos subsidiados: - 31.386,94 euros;
- (ii) "Resultado líquido do exercício": -275.430,07 euros O contexto de Pandemia de COVID 19 contribuiu fortemente para a extensão do resultado negativo do exercício, devido essencialmente aos seguintes aspetos:
 - Redução dos valores da prestação de serviços ao nível das Unidades de LAR e de Internamento, nesta última de forma acentuada;
 - Decréscimos nas receitas suplementares e no subsídio de apoio à exploração (ALTICE);
 - Agravamento dos gastos com o pessoal e dos gastos associados à aquisição de equipamentos de proteção e de produtos de higienização e desinfeção de combate ao COVID19;
- (iii) "Outras variações nos fundos patrimoniais": A variação apurada deveu-se ao seguinte:
 - Valor transferido da conta de Resultados de transitados, de molde a adequar o saldo da conta ao valor líquido contabilístico dos ativos fixos tangíveis subsidiados: (31.386,94 euros);
 - Valor da imputação do subsídio ao investimento a resultados: (- 165.801,64 euros).



11. Fornecedores

Esta rubrica era representada pelas dívidas contraídas junto dos fornecedores gerais:

Descrição	2020	2019	Variação
Fornecedores c/c (i)	127 502,82	100 560,45	26 942,37
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00

⁽i) Entre os fornecedores, destaca-se a dívida relativa ao fornecimento de refeições de novembro e dezembro de 2020, para os utentes do LAR e Internamento (68 mil euros: 53,5%).

12. Estado e Outros Entes Públicos (EOEP)

A rubrica de EOEP encontra-se representada do seguinte modo:

Descrição	2020
Imposto sobre Valor Acrescentado (i)	5 262,18
Retenções de impostos sobre rendimentos (ii)	-9 993,34
Segurança Social (ii)	-18 769,81
Total	-23 500,97

- (i) Imposto sobre Valor Acrescentado: Representa basicamente o valor do imposto a recuperar das operações realizadas no decurso da atividade social da entidade, para as quais, no âmbito do regime de apoio às IPSS, há lugar a restituição do citado imposto pela aquisição de bens e serviços.
- (ii) Retenções de impostos sobre rendimentos e Segurança Social: Valor das Retenções de IRS e das Contribuições para a Segurança Social, relativas ao mês de dezembro de 2020 pagas em janeiro de 2021.

13. Outras Contas a Pagar

O saldo da rubrica "Outras Contas a Pagar", em 31.12.20, no valor de 141.894,89 euros (2019: 144.090,76 euros), referese essencialmente às seguintes situações:

- Fornecedores de investimento: 3.069,53 euros;
- Provisão para férias e subsídios de férias: Responsabilidades assumidas pela Associação, no valor de 130.576,10 euros (2019: 114.698,84 euros), em consequência de direitos adquiridos pelo trabalho prestado pelos trabalhadores em 2020 a liquidar em 2021 (férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais);

Pessoal: Valores a pagar a membros de órgãos sociais remunerados (2.816,37 euros).

Vanz A8

14. Rédito

As receitas operacionais nos exercícios de 2020 e 2019, apresentam a seguinte composição

Prestação de Serviços	2020	2019	Variação
Lar	1 099 965,55	1 182 373,74	-82 408,19
Internamentos	473 513,37	491 502,09	-17 988,72
Serviços Fisioterapia	54 032,53	69 049,20	-15 016,67
Quotizações	149 892,44	156 996,32	-7 103,88
Total	1 777 403,89	1 899 921,35	-122 517,46

Além das receitas decorrentes da prestação de serviços e de quotizações de associados, existe ainda rendimentos provenientes de vendas de mercadorias realizadas nos bares do Centro Social e loja da Rua Tomás Ribeiro, as quais ascenderam a 13.676,52 euros (2019: cerca de 30 mil euros).

15. Subsídios e doações à exploração

Na demonstração de resultados encontram-se reconhecidos subsídios/doações, no valor de 36.662,76 euros (2019: cerca de 56 mil euros), com a seguinte análise:

- Subsídios concedidos pela Fundação ALTICE, no valor global de 21 mil euros, com a finalidade de apoiar a atividade social corrente da entidade;
- Apoios financeiros concedidos pela Segurança Social, no total de cerca de 13 mil euros, destinados a fazer despesas com o combate ao COVID19;
- Donativos concedidos por entidades particulares: cerca de 2 mil euros.

Relativamente aos subsídios recebidos (Fundo da ex- Caixa Previdência dos TLP) para a realização de investimentos, salienta-se que se encontram reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, ou seja, na conta de "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais", conforme determinam as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL). Este tipo de apoio financeiro é subsequentemente imputado numa base sistemática e proporcionalmente às amortizações dos ativos subsidiados, como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos mesmos. O valor imputado em 2020 à conta de resultados "Outros Rendimentos e Ganhos" ascendeu a 165.801,64 euros (2019: 159.702,48 euros).





16. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado do seguinte modo:

Descrição	2020	2019
Existência inicial Compras	11 481,58	14 608,23
Regularizações	150 896,87 0,00	134 102,32 0,00
Existência final CMVMC	21 007,24 141 371,21	11 481,58 137 228,97

O valor dos consumos (CMVMC), reparte-se do seguinte modo:

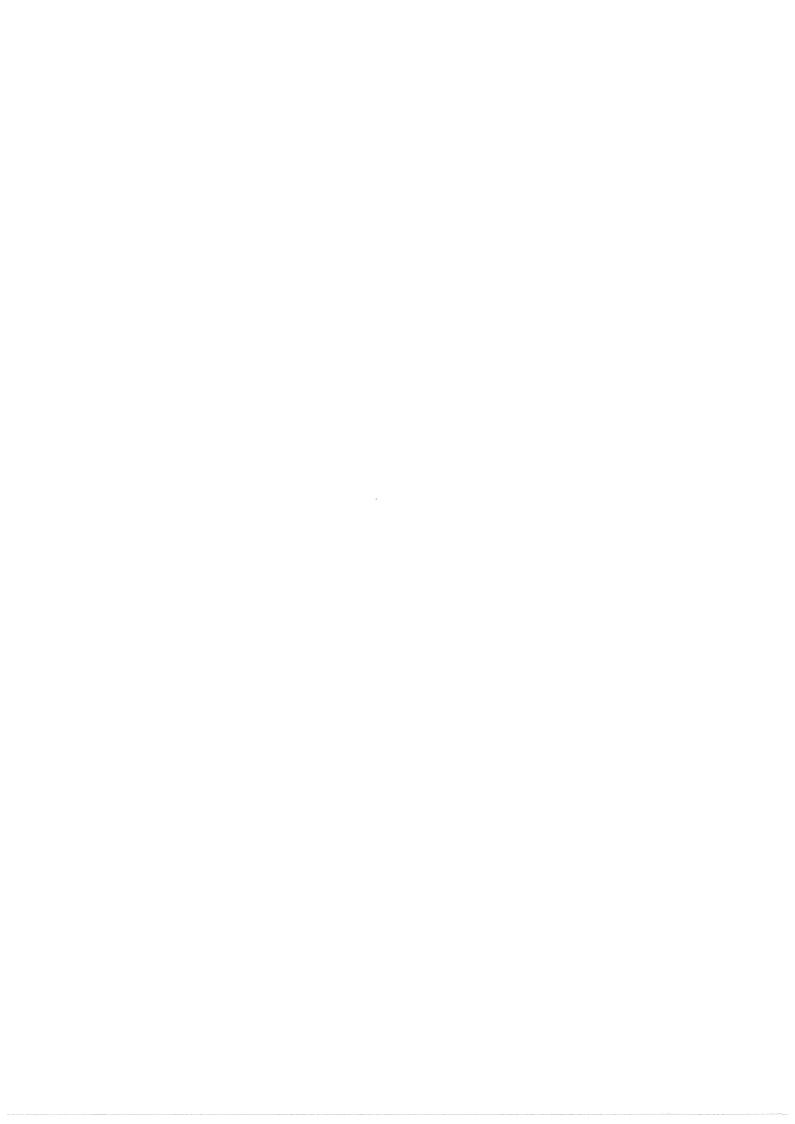
- Materiais e produtos utilizados na atividade assistencial: 132.454,79 euros;
- Matérias-primas e outros produtos utilizados nos bares. 8.916,42 euros.

17. Fornecimentos e serviços de terceiros (FSE)

A rubrica em referência, nos períodos findos em 31.12.20 e 31.12.19, compõe-se do seguinte modo:

Designação	2020	2019	Variação
Serviços especializados (i)	422 419,33	545 644,57	-123 225,24
Materiais (ii)	11 985,82	12 667,77	-681,95
Energia e fluidos (iii)	109 408,77	118 848,78	-9 440,01
Deslocações, estadas e transportes (iii)	3 411,97	26 905,12	-23 493,15
Serviços diversos (iv)	465 377,31	411 558,84	53 818,47
Total	1 012 603,20	1 115 625,08	-103 021,88

- (i) Serviços especializados: Compreende essencialmente os gastos incorridos com honorários (ex: médicos: 127 mil €; enfermeiros: 166 mil €); serviços de apoio à gestão (20 mil €); prestadores de serviços 67 mil € e conservação e reparação de instalações e equipamentos (28 mil €);
- (ii) Materiais: Refere-se sobretudo a gastos com as aquisições de ferramentas e utensílios e material de escritório;
- (iii) Energia e fluídos: Realçam-se as aquisições associadas ao fornecimento de energia elétrica (35 mil €), combustível para as viaturas (2 mil €), consumos de água (37 mil €) e fornecimento de gás (35 mil €);
- (iv) Deslocações, estadas e transportes: Destacam-se os encargos decorrentes de transportes;
- **(v) Serviços diversos:** Sobressaem os gastos com o fornecimento de refeições (267 mil €), serviços de limpeza (75 mil€), medicamentos (11 mil€) e gases hospitalares (37 mil€) e serviços lavandaria (75 mil€).





18. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal nos exercícios de 2020 e 2019, decompõem-se pelas seguintes componentes:

Descrição	2020	2019	Variação
Remunerações do pessoal	837 482,41	766 361,45	71 120,96
Encargos sobre remunerações	178 589,97	162 442,25	16 147,72
Seguros acidentes no trabalho	6 731,95	11 868,01	-5 136,06
Outros	1 894,10	2 863,82	-969,72
Total	1 024 698,43	943 535,53	81 162,90

O número de trabalhadores com contrato de trabalho, em 31 de dezembro de 2020, foi de 66 (2019: 62). As variações verificadas nas rubricas de "Remunerações do pessoal" e "Encargos sobre remunerações", decorrem fundamentalmente do aumento do número e atualização da retribuição mínima mensal garantida.

19. Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica nos períodos findos em 31.12.20 e 31.12.19, é conforme se segue:

Designação	2020	2019	Variação
Serviços sociais (i)	7 842,69	68 997,62	-61 154,93
Outros rendimentos suplementares (ii)	28 383,00	9 664,40	18 718,60
Descontos pronto pagamento obtidos	10 262,12	3 513,08	6 749,04
Reconhecimento subsídios ao investimento	165 801,64	159 702,48	6 099,16
Alienações	0,00	2 000,00	-2 000,00
IRS Consignação de 0,5% (iii)	26 348,09	29 393,16	-3 045,07
Correções de exercícios anteriores	160,74	28,75	131,99
Outros rendimentos	3 128,71	1 190,26	1 938,45
Total	241 926,99	274 489,75	-32 562,76

- (i) Serviços sociais: Compreende essencialmente as receitas de realização de cursos e refeições de visitantes;
- (ii) Outros rendimentos suplementares: Receitas referentes aluguer de espaço;
- (iii) IRS Consignação de 0,5%: Valor obtido no âmbito da consignação pelos contribuintes de 0,5% do IRS liquidado.

20. Outras informações

A AASPT em 31.12.20 não apresenta dívidas em mora à AT – Autoridade Tributária. A situação perante a Segurança Social encontra-se também regularizada, dentro dos prazos legalmente exigidos.



21. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data da demonstração financeira, não ocorreram eventos que devessem ser objeto de ajustamentos significativos ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras da Associação, no período de doze meses findo em 31.12.20. Contudo, em contexto de Pandemia é expetável continuarem a ocorrer para 2021 condicionalismos adversos no desempenho económico e financeiro da Associação, designadamente na diminuição da receita de prestação de serviços e agravamento dalguns custos ao nível do reforço de medidas de prevenção e combate ao COVID19. As demonstrações financeiras do exercício de 2020 foram aprovadas pela Direção em _______.

O Contabilista Certificado

=

A Direção

14



Parecer do Conselho Fiscal



ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DA PORTUGAL TELECOM

a Ety

Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento da alínea c) do artigo 44º dos Estatutos da Associação de Apoio Social da Portugal Telecom, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2020, apresentados pela Direção.

Em relação aos elementos disponibilizados pela Direção, examinamos o Relatório e Contas, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras da Associação, as quais incluem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, (que evidencia um total de 4.119.499,67 euros e um total do fundo de capital 3.821.933,69 euros incluindo um resultado líquido negativo de 275.430,07 euros), e a Demonstração de Resultados por Naturezas, assim como os respectivos anexos.

O Conselho Fiscal procedeu por amostragem à análise das contas, nas suas vertentes, contabilística, financeira e fiscal, com principal incidência nos seguintes aspectos:

- A sua relevância material:
- A verificação da adequabilidade dos registos contabilísticos ao plano de contas em vigor para as ESNL (entidades do sector não lucrativo);
- A confirmação dos saldos de natureza financeira, com especial enfoque nos saldos bancários;
- A verificação da conformidade do valor dos impostos e taxas relevados nas contas da Associação.

Assim, o Conselho Fiscal é da opinião que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão apresentados pela Direção, assim como a proposta de aplicação dos resultados, satisfazem os requisitos legais e estatutários pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.



Finalmente, o Conselho Fiscal quer expressar à Direcção e aos demais colaboradores da Associação o seu apreço pela colaboração que lhe prestaram no exercício das suas funções.

Lisboa, 19 de Maio de 2021.

O Conselho Fiscal

Cach product has Carlos José Rodrigues de Sousa Carinhas

João Alfredo Boavida Arriscado

J-AluBON A

Jasé Adelino Martins Vaz

